

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 09.274.998/0001-97

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 09.274.998/0001-97

Demonstrações contábeis regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A Brasnorte atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de sua existência. A Brasnorte atua na região Centro Oeste e responde por 0,11% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Brasnorte detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 4 subestações, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Jauru/Juba	Duplo	230	129	150	24/09/2009	17/03/2038
Brasnorte/Nova Mutum	Duplo	230	273	100	18/11/2009	17/03/2038

Linha de Transmissão	RAP – R\$mil (*)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
Brasnorte	27.559	N/A	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 2.565 de 25 de junho de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui linhas, subestações ou projetos de ampliação em construção.

Considerando as linhas em operação, a RAP esperada é de R\$30.369 mil para 2020 a 2024 (acréscimo de 2,1% em relação a 2019), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada – R\$ mil - em moeda constante de 31/12/2019							
Linha de Transmissão	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	2022	2023	2024
Brasnorte	28.503	29.745	30.369	30.369	30.369	30.369	30.369

(*) RAP realizada.

A partir de 31 de maio de 2019 a Brasnorte passou a ser uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Desempenho financeiro regulatório - R\$ mil	2019	2018
Receita operacional líquida	25.780	24.689
EBITDA	20.373	19.080
Margem EBITDA	79,03%	77,28%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>		
Lucro do exercício	13.473	11.543
Depreciação e amortização	6.801	6.713
Resultado financeiro	(642)	(411)
Imposto de renda e contribuição social	741	1.235
EBITDA	20.373	19.080

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui: (i) Conselho de Administração - constituído desde o início de suas atividades, é composto por membros efetivos representantes dos seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução; e (ii) Conselho Fiscal - é composto por membros efetivos e suplentes, de funcionamento facultativo. Sua instalação, bem como a eleição de seus membros, dá-se no âmbito da Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada até o mês de abril de cada ano. Possui o objetivo de fiscalizar os órgãos da Administração em relação às suas contas e regularidade dos atos de gestão.

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da Brasnorte e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões que o Grupo Taesa administra.

Gestão Operacional

A Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade da linha de transmissão consistentemente em elevados patamares, atingindo no ano de 2019 o resultado de 100,00% de disponibilidade. Este desempenho se deve também à qualidade dos ativos e instalações da Companhia e, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos processos críticos.

Política de Qualidade

A Brasnorte, respaldada pela Alta Administração e por seus empregados, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas: (i) gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e em resultados; (ii) atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; (iii) conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade; (iv) cumprimento das Normas de Segurança; (v) aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações; e (vi) incentivo à capacitação e ao aprimoramento de conhecimento de seus colaboradores.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pelo valor de R\$107 mil.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 09.274.998/0001-97



As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	31/12/2019	31/12/2018
Ativos			
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	153	157
Títulos e valores mobiliários	5	16.371	9.566
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	2.769	2.982
Impostos e contribuições sociais		1.076	703
Outras contas a receber		577	510
Total dos ativos circulantes		20.946	13.918
Ativos não circulantes			
Depósitos judiciais		456	422
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	180	180
Outras contas a receber		169	134
Imobilizado	7	177.607	183.759
Intangível	7	2.474	2.716
Total dos ativos não circulantes		180.886	187.211
Total dos ativos		201.832	201.129
Passivos			
Passivos circulantes			
Fornecedores		899	680
Impostos e contribuições sociais		1.549	876
Taxas regulamentares		546	472
Dividendos a pagar	9	7.270	6.501
Outras contas a pagar		787	784
Total dos passivos circulantes		11.051	9.313
Passivos não circulantes			
Impostos e contribuições diferidos	8	2.416	2.692
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	10	216	216
Outras contas a pagar		1.146	1.607
Total dos passivos não circulantes		3.778	4.515
Patrimônio líquido			
Capital social		191.052	191.052
Reserva de lucros		29.716	33.494
Dividendos adicionais propostos		7.270	6.501
(Prejuízos) acumulados		(41.035)	(43.746)
Total do patrimônio líquido	11	187.003	187.301
Total dos passivos e do patrimônio líquido		201.832	201.129

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 09.274.998/0001-97

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2019	2018
Disponibilização do sistema de transmissão		29.745	28.503
Parcela variável		(10)	-
Receita bruta		29.735	28.503
PIS e COFINS correntes		(2.750)	(2.661)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1.205)	(1.153)
Tributos e encargos		(3.955)	(3.814)
Receita líquida	16	25.780	24.689
Pessoal	17	(2.702)	(2.395)
Material		(171)	(99)
Serviços de terceiros		(1.302)	(1.691)
Depreciação e amortização		(6.800)	(6.712)
Outros custos operacionais		(90)	(440)
Custos operacionais		(11.065)	(11.337)
Pessoal e administradores	17	(204)	(327)
Serviços de terceiros		(888)	(633)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Despesas operacionais, líquidas		(50)	(24)
Despesas operacionais		(1.143)	(985)
Resultado da atividade		13.572	12.367
Receitas financeiras		686	396
Despesas financeiras		(44)	15
Receitas (despesas) financeiras líquidas		642	411
Resultado antes dos impostos e contribuições		14.214	12.778
Imposto de renda e Contribuição social correntes		(1.019)	(1.122)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		278	(113)
Imposto de renda e Contribuição social	12	(741)	(1.235)
Lucro líquido do exercício		13.473	11.543
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	15	0,07052	0,06042

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.



Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ no 09.274.998/0001-97

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>13.473</u>	<u>11.543</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>13.473</u></u>	<u><u>11.543</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Incentivo Fiscal	Especial			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11	<u>191.052</u>	<u>5.272</u>	<u>8.100</u>	<u>38.558</u>	<u>5.513</u>	<u>(60.723)</u>	<u>187.772</u>
Distribuição de dividendos intercalares		-	-	-	-	(5.513)	-	(5.513)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.543	11.543
Destinações societárias do exercício:								
Reserva legal		-	847	-	-	-	(847)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	3.085	-	-	(3.085)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	6.501	(6.501)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(6.501)	(6.501)
Compensação de (prejuízos) acumulados		-	-	-	(22.368)	-	22.368	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11	<u>191.052</u>	<u>6.119</u>	<u>11.185</u>	<u>16.190</u>	<u>6.501</u>	<u>(43.746)</u>	<u>187.301</u>
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(6.501)	-	(6.501)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.473	13.473
Destinações societárias do exercício:								
Reserva legal		-	912	-	-	-	(912)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	2.784	-	-	(2.784)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	7.270	(7.270)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(7.270)	(7.270)
Compensação de (prejuízos) acumulados		-	-	-	(7.474)	-	7.474	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11	<u>191.052</u>	<u>7.031</u>	<u>13.969</u>	<u>8.716</u>	<u>7.270</u>	<u>(41.035)</u>	<u>187.003</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		13.473	11.543
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7	6.801	6.713
Imposto de renda e contribuição social	12	741	1.235
Renda de aplicação financeira		(686)	(396)
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no contas a receber de concessionárias e permissionárias		213	(218)
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(253)	(21)
Redução no saldo de depósitos judiciais e outras contas a receber		(137)	124
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		219	(461)
(Redução) aumento no saldo de taxas regulamentares		73	(316)
Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar		(454)	276
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>19.990</u>	<u>18.479</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(466)</u>	<u>(1.015)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>19.524</u>	<u>17.464</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários		(6.119)	(5.970)
Adições no imobilizado e intangível	7	<u>(407)</u>	<u>(433)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(6.526)</u>	<u>(6.403)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	9	<u>(13.002)</u>	<u>(11.026)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(13.002)</u>	<u>(11.026)</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(4)</u>	<u>35</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	157	122
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	<u>153</u>	<u>157</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>(4)</u>	<u>35</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado relativo às linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, ambas de 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Jubá, de 300 MVA, e SE Brasnorte, de 100 MVA, ambas de 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas a estas, bem como às demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 17 de março de 2008, a Companhia assinou com a ANEEL o contrato de concessão nº 003/2008 para exploração das linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, pelo prazo de 30 anos. A construção da linha foi iniciada ao longo de 2008 e concluída em setembro de 2009. Em 04 de fevereiro de 2015, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS emitiu o Termo de Liberação Definitivo.

Em 31 de maio de 2019, a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") adquiriu 49,7115% de participação na Brasnorte pertencentes à Centrais Elétricas do Brasil S.A. ("Eletrobrás"). Com a aquisição, a Taesa alcançou a participação de 88,376% sobre capital social da Companhia, visto que já possuía uma participação de 38,6645%. Com a aquisição, a Brasnorte deixou de ser uma controlada em conjunto, tornando-se uma controlada da Taesa. Em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu mais 11,624% de participação na Brasnorte pertencentes à Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A. ("Bipar"), alcançando os 100% de participação na Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 19 de junho de 2020.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 21.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio quando aplicável, é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - os empréstimos e recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Não há reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ocorre a transferência dos direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - a Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia possui os passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - os outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e após o reconhecimento inicial de custo amortizado através de método de juros efetivos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Instrumento patrimonial - Capital social - ações ordinárias - São classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

3.5. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros - um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.6. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.7. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções visam compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado no mesmo período em que as despesas são auferidas, registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado serão destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

3.8. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem taxas bancárias, PIS e COFINS sobre receitas e multas e juros.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

3.10. Lucro por ação

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto à adoção e convergência dos Pronunciamentos Técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, os eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias, sendo divulgados somente nas demonstrações financeiras societárias emitidas em 17 de março de 2020.

Norma emitida, mas ainda não vigente até a data das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações contábeis regulatórias, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatória da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	153	157

Caixa e equivalente de caixa inclui caixa e depósitos bancários à vista e são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante	16.371	9.566
Taxa de rentabilidade anual acumulada	103,08% do CDI	102,65% do CDI

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2019	31/12/2018
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.602	61	35	4	247	2.949	3.162

	2019	2018
Concessionários e Permissonários	2.949	3.162
Circulante	2.769	2.982
Não circulante	180	180

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$180 (R\$180 em 31 de dezembro de 2018), refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças.

A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos e entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2019-2020			Ciclo 2018-2019			Ciclo 2017-2018		
Resolução nº 2.565, de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Resolução nº 2.408, de 28/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Resolução nº 2.258, de 27/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018		
RAP	Parcela de ajuste	Total	RAP	Parcela de ajuste	Total	RAP	Parcela de ajuste	Total
27.559	(774)	26.785	26.213	(838)	25.375	25.801	(1.374)	24.427

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2018	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada 2019	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Imobilizado em Serviço										
<u>Transmissão</u>										
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,73%	510	-	-	-	510	-	(162)	348	367
Máquinas e Equipamentos	2,85%	234.208	-	3.069	-	237.277	3.069	(65.841)	171.436	175.123
Veículos	11,57%	216	-	-	-	216	-	(178)	38	63
		234.934	-	3.069	-	238.003	3.069	(66.181)	171.822	175.553
Ativo Imobilizado em Serviço Administrativo										
<u>Móveis e Utensílios</u>										
		12	-	-	-	12	-	(1)	11	10
		12	-	-	-	12	-	(1)	11	10
		234.946	-	3.069	-	238.015	3.069	(66.182)	171.833	175.563
Ativo Imobilizado em Curso										
<u>Transmissão</u>										
Máquinas e equipamentos		4.567	327	(3.086)	1.284	3.092	(1.475)	-	3.092	4.567
Edificações, obras civis e benfeitorias		333	-	-	(21)	312	(21)	-	312	333
Almoxarifado de obras		2.322	48	-	-	2.370	48	-	2.370	2.322
A Ratear		974	-	-	(974)	-	(974)	-	-	974
		8.196	375	(3.086)	289	5.774	(2.422)	-	5.774	8.196
Total do Ativo Imobilizado		243.142	375	(17)	289	243.789	647	(66.182)	177.607	183.759

Intangível	Valor Bruto em 2018	Adições (A)	Transferência (B)	Reclassificação (C)	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Amortização Acumulada 2019	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Intangível em Serviço									
<u>Transmissão</u>									
Servidões	1.765	-	-	-	1.765	-	-	1.765	1.765
Software	-	-	17	-	17	17	(2)	15	-
	1.765	-	17	-	1.782	17	(2)	1.780	1.765
Ativo Intangível em Curso									
<u>Transmissão</u>									

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Intangível	Valor Bruto em 2018	Adições (A)	Transferência (B)	Reclassificação (C)	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Amortização Acumulada 2019	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Servidões	951	32	-	(289)	694	(257)	-	694	951
	951	32	-	(289)	694	(257)	-	694	951
Total do Ativo Intangível	2.716	32	17	(289)	2.476	(240)	(2)	2.474	2.716

Imobilizado e intangível	Taxas anuais médias de depreciação	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Transmissão - Custo histórico	2,76%	239.797	(66.184)	173.613	177.328
Em curso					
Transmissão - Custo histórico	-	6.468	-	6.468	244.094
Total do imobilizado e intangível		246.265	(66.184)	180.081	421.422

Composição das adições do imobilizado e do intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Faixa de Servidão	Outros gastos	Total
Em Curso				
Máquinas e equipamentos	327	-	-	327
Material em depósito	-	48	-	48
Imobilizado em curso	327	48	-	375
Intangível em curso	-	32	-	32
Total do imobilizado em curso	327	80	-	407

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - ativo	630	725
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo	(3.046)	(3.417)
Efeito líquido no balanço - passivo	(2.416)	(2.692)

Expectativa de realização do IRPJ e da CSLL diferidos ativos	2020	2021	2022	Total
Diferenças temporárias	103	263	264	630

9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência/ duração	Taxa de juros cobrada/ atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações entre empresas ligadas</u>						
1	OCR x Taxa de conservação de CCI – EBTE	R\$17 Valor mensal	30/11/2010 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de mora 12% a.a./multa 2%/atualização anual	O contrato somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.	Não houve.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
<u>Transações entre e empresas ligadas</u>					
1	Reembolso de custo de CCI – EBTE	20	13	229	177

b) Passivo e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência/duração	Taxa de juros cobrada/ atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
<u>Transações com empresa ligada</u>						
1	OCP x Custos operacionais - CCI - Eletronorte (*)	R\$8 Valor mensal	17/11/2009 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de mora 12% a.a./multa 2%/atualização anual pelo IGP-M/mês de referência	O contrato somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.	Não houve.
<u>Transação com controladora</u>						
2	OCP x Despesas Operacionais- "BackOffice" - Taesa	R\$36 Valor mensal	21/05/2018 até 21/05/2023.	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
1	Compartilhamento de instalações - Eletronorte (*)	-	13	57	161
2	"Back-office" -Taesa	38	30	501	356
		38	43	558	517

(*) A Taesa adquiriu a participação da Eletronorte na Brasnorte em 31 de maio de 2019 (vide nota explicativa nº 1), desta forma a Eletronorte deixou de ser uma empresa ligada à Brasnorte.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2018	Dividendos obrigatórios e adicionais	Pagamentos	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	2.513	9.785	(5.028)	7.270
Dividendos a pagar à Eletrobrás	3.233	3.230	(6.463)	-
Dividendos a pagar à Bipar	755	756	(1.511)	-
	6.501	13.771	(13.002)	7.270

	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor
Obrigatórios	2018	30/04/2019	AGO	06/06/2019	6.501
Adicionais propostos	2018	30/04/2019	AGO	06/06/2019	6.501
					13.002

III - Remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Proporção da remuneração total	31/12/2019	31/12/2018
Diretoria (não há remuneração)	-	-
Conselho Fiscal (remuneração fixa, condicionada à participação em reuniões)	100%	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado Conselho Fiscal	2019	2018
Remuneração (incluindo encargos)	6	12

10. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$212.

	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis	216	216

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro 2019, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$5.068 (R\$ 5.147 em 31 de dezembro de 2018), referentes a causas fiscais, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Referem-se basicamente a ações anulatórias que visam desconstituir autuações fiscais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS pela entrada de mercadorias no Estado do Mato Grosso, conforme detalhado a seguir:

(i) Créditos tributários cobrados por meio do Aviso de Cobrança da Conta-Corrente Fiscal, lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso, em razão de suposto: (a) não recolhimento do imposto devido na forma da Resolução nº 007/08; (b) não recolhimento do ICMS garantido integral; (c) não recolhimento do ICMS devido em razão do diferencial de alíquota por operações interestaduais; (d) não recolhimento do ICMS substituição tributária transcrita; e (e) não recolhimento do Fundo Partilhado de Investimento Social - FUPIS. A Companhia ajuizou ação anulatória de débito fiscal, com vistas a declarar a inexistência de

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor do processo era de R\$2.180.

(ii) Cancelamento da autuação fiscal nº 936.079 em virtude de suposta: (a) declaração incorreta de informações econômico-fiscais apresentadas por meio de Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA; (b) emissão de documento fiscal com valores diferentes nas suas respectivas vias; (c) ausência de recolhimento/recolhimento a menor do ICMS - estimativa por operação devido na entrada de mercadorias no Estado do Mato Grosso provenientes de outras Unidades da Federação; (d) ausência de recolhimento/recolhimento a menor de ICMS - estimativa simplificada devido pela aplicação da carga média tributária apurada para o Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE em que a empresa se enquadra; e (e) ausência de recolhimento de ICMS devido por ocasião da entrada, no Estado do Mato Grosso, de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação. A Companhia ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 31 de dezembro 2019 e 2018, o valor desse processo era de R\$2.341.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado era de R\$191.052, representado por 191.052.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Acionistas (*)	2019		2018	
	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	191.052.000	100,00	73.869.267	38,6645
Eletrobrás	-	-	94.974.773	49,7115
Bipar	-	-	22.207.960	11,624
Total	191.052.000	100	191.052.000	100

(*) A Taesa adquiriu a participação da Eletrobrás e da Bipar na Brasnorte. Vide nota explicativa nº 1.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76 e (c) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso. Esse incentivo, no montante de R\$2.784 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.085 em 31 de dezembro de 2018), foi concedido pela SUDAM na redução de imposto de renda, e é registrado contabilmente na rubrica de Reserva de Incentivo Fiscal. Sua destinação é submetida à aprovação da Assembleia de Acionistas, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia não estabelece um percentual de dividendos mínimos obrigatórios aos titulares de ações de qualquer espécie. Dessa forma, conforme o inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o dividendo mínimo obrigatório será de 50% do lucro líquido, diminuída a importância destinada à reserva legal e ao incentivo fiscal.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Adoção inicial CPC 47 – refere-se aos impactos da adoção inicial do CPC 47 sobre o projeto de reforço da Companhia, no valor de R\$ 2.308, não reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 5.166 referente a alteração na taxa WACC do projeto principal. A Companhia entende que o impacto não é relevante para reapresentação das demonstrações financeiras de 2018, portanto, o valor foi ajustado no Patrimônio Líquido no exercício de 2019.

Destinação do lucro do exercício	31/12/2019	31/12/2018 (*)
Lucro líquido do exercício - societário	18.236	16.934
Adoção inicial do CPC 47 – prejuízos acumulados	(7.474)	(22.368)
	10.762	(5.434)
Reserva Legal (5%)	(912)	(847)
Reserva de incentivo fiscal	(2.784)	(3.085)
Dividendos obrigatórios (50%)	(7.270)	(6.501)
Dividendos adicionais propostos	(7.270)	(6.501)
Compensação de prejuízo - reserva especial	7.474	22.368

(*) Ratificada pela AGO de 30 de abril 2019.

A destinação do lucro do exercício é feita com base no resultado societário da Companhia.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.019)	(1.122)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	278	(113)
	(741)	(1.235)

Correntes - calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM - em 31 de dezembro de 2018, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, emitiu os Laudos Constitutivos nº 239/2018 e nº 240/2018 que outorgam à Companhia benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pelas unidades produtivas localizadas nas áreas de atuação da SUDAM. O benefício é calculado mensalmente sobre o lucro de exploração referente às linhas Brasnorte/Nova Mutum e Jubá/Jauru, localizadas integralmente no Estado do Mato Grosso, fazendo parte da área incentivada pela SUDAM. Os Atos Declaratórios Executivos serão expedidos pela RFB em até 120 (cento e vinte) dias, contados da apresentação do pedido de reconhecimento do direito à redução de 75% do IRPJ na unidade da SRF a que está jurisdicionada a pessoa jurídica solicitante (estabelecimento matriz).

Diferidos - registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	2019	2018
Lucro das operações antes dos impostos	14.214	12.778
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(4.833)	(4.345)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	2.784	3.085
Outros	1.308	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(741)	(1.235)
Alíquota efetiva	5%	10%

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Danos materiais - valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral - RCG	Chubb Seguros do Brasil	20/09/19 a 19/09/20	10.000	-	1
Risco operacional - RO	Mapfre Seguros	02/12/19 a 01/06/21	-	49.296	75
Seguro veículos - frota	Tokyo Marine	24/12/19 a 23/12/20	100% Tabela FIPE	100% Tabela FIPE	8

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, referentes ao risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

14.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é livre de endividamentos com terceiros, consistindo na administração do caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido.

14.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	153	157
Valor justo por meio do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	16.371	9.566
Empréstimos e recebíveis		
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	2.949	3.162
	19.473	12.885
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	899	680
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	1.146	1.175

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
	2.045	1.855

14.4. Risco de mercado

14.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixados sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

14.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2019	Cenário provável em 31/12/2020
CDI (i)	5,94%	2,25%

(i) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 12 de junho de 2020 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2019	Efeito Provável no LAIR - dezembro de 2020 - (redução)
Ativos financeiros - Títulos e valores mobiliários - CDI	16.371	(604)

14.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com contas a receber de concessionárias e permissionárias e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação às concessionárias e permissionárias, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (b) as garantias financeiras fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

14.6. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

14.7 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

14.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	Hierarquia do valor justo
Títulos e valores mobiliários	5	16.371	9.566	Nível 2

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. LUCRO POR AÇÃO

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	13.473	11.543
Quantidade de ações ordinárias - Em lotes de mil	191.052	191.052
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,07052	0,06042

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Disponibilização do sistema de transmissão	29.745	28.503
Parcela variável	(10)	-
Receita bruta	29.735	28.503
PIS e COFINS correntes	(2.750)	(2.661)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE	(1.205)	(1.153)
Tributos e encargos	(3.955)	(3.814)
Receita líquida	25.780	24.689

17. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2019	2018
Remuneração direta	1.608	1.405
Benefícios	454	430
FGTS e INSS	640	560
Pessoal	2.702	2.395
Remuneração direta	155	128
Benefícios	29	140
Encargos	20	59
Administradores	204	327

18. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Compensação ambiental - Em 31 de dezembro de 2019, não existem projetos de compensação ambiental em andamento com relação ao órgão licenciador - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA/MT. Não há saldos a pagar registrados no balanço patrimonial. Em relação à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, existe uma obrigação de realizar projetos de compensação ambiental no valor total de R\$390, valor previsto para ser investido em 2020.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Operação e manutenção dos ativos - Realizadas pela própria Companhia.

Aspectos ambientais - Os empreendimentos estão regulares com suas obrigações ambientais e devidamente licenciados (licenças de operação vigentes).

Licenças ambientais			
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento
Jubá/Jauru	318660/2019	04/01/2019	03/01/2022
Brasnorte/Nova Mutum	317327/2018	30/05/2018	29/05/2021

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019 – A AGO de 30 de abril de 2020 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2019 descrito na nota explicativa nº 11 – Patrimônio Líquido.

Em 14 de maio de 2020 o Sr. Raul Lycurgo Leite e o Sr. Marcus Pereira Aucélio deixaram os cargos de diretores, que permanecem vagos.

Pagamento de dividendos - Em 28 de maio de 2020 a Companhia realizou o pagamento de R\$10.000 a título de dividendos.

COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavírus;
- o Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) – 100% dos escritórios em home office, desde 17/03/2020;
- o Desenvolvimento de uma página web para que os colaboradores, juntamente com seus parentes, reportem possíveis sintomas da doença e possam ser monitorados e orientados de perto pela Rede D'Or;
- o Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- o Cancelamento de participação em eventos;
- o Vacinação contra a gripe influenza.
- o Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Controle (COC-Taesa e COC-Backup)
- o Realização somente de intervenções com recursos locais.

Diante das ações adotadas e da evolução de nossas atividades, podemos afirmar que até a presente data não existe nenhum impacto relevante que possa comprometer financeiramente e economicamente a Companhia.

21. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhados a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Nota	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa		153	-	153	157	-	157
Títulos e valores mobiliários		16.371	-	16.371	9.566	-	9.566
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		2.769	-	2.769	2.982	-	2.982
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	24.479	24.479	-	23.522	23.522
Impostos e contribuições sociais		1.076	-	1.076	703	-	703
Outras contas a receber		577	-	577	510	-	510
Total dos ativos circulantes		20.946	24.479	45.425	13.918	23.522	37.440
Ativos não circulantes							
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		180	-	180	180	-	180
Depósitos judiciais		456	-	456	422	-	422
Outras contas a receber		169	-	169	134	-	134
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	242.898	242.898	-	252.975	252.975
Imobilizado	(iv)	177.607	(177.598)	9	183.759	(183.749)	10
Intangível	(iv)	2.474	(2.474)	-	2.716	(2.716)	-
Total dos ativos não circulantes		180.886	62.826	243.712	187.211	66.510	253.721
Total dos ativos		201.832	87.305	289.137	201.129	90.032	291.161
Passivos							
Passivos circulantes							
Fornecedores		899	-	899	680	-	680
Impostos e contribuições sociais		1.549	-	1.549	876	-	876
Taxas regulamentares		546	-	546	472	-	472
Dividendos a pagar		7.270	-	7.270	6.501	-	6.501
Outras contas a pagar		787	-	787	784	-	784
Total dos passivos circulantes		11.051	-	11.051	9.313	-	9.313
Passivos não circulantes							
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	2.416	23.083	25.499	2.692	22.535	25.227
Tributos diferidos	(iii)	-	23.187	23.187	-	23.751	23.751
Provisões para riscos		216	-	216	216	-	216
Outras contas a pagar		1.146	-	1.146	1.607	-	1.607
Total dos passivos não circulantes		3.778	46.270	50.048	4.515	46.286	50.801
Patrimônio líquido							
Capital social		191.052	-	191.052	191.052	-	191.052
Reserva de lucros		29.716	-	29.716	33.494	-	33.494
Dividendos adicionais propostos		7.270	-	7.270	6.501	-	6.501
(Prejuízos) acumulados		(41.035)	41.035	-	(43.746)	43.746	-
Total do patrimônio líquido	(v)	187.003	41.035	228.038	187.301	43.746	231.047
Total dos passivos e do patrimônio líquido		201.832	87.305	289.137	201.129	90.032	291.161

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício

Nota explicativa	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão	29.745	(29.745)	-	28.503	(28.503)	-
Remuneração do ativo de contrato	-	22.518	22.518	-	18.595	18.595
Correção monetária do ativo de contrato	-	(3.138)	(3.138)	-	6.231	6.231
Operação e manutenção	-	2.448	2.448	-	2.320	2.320
Receita de construção	-	8.626	8.626	-	1.101	1.101
Parcela variável	(10)	-	(10)	-	-	-
Outras receitas	-	2.576	2.576	-	2.246	2.246
Receita bruta	29.735	3.285	33.020	28.503	1.990	30.493
PIS e COFINS correntes	(2.750)	-	(2.750)	(2.661)	-	(2.661)
PIS e COFINS diferidos	-	(515)	(515)	-	(100)	(100)
Quota para RGR, P&D, TFSEE	(1.205)	-	(1.205)	(1.153)	-	(1.153)
Tributos e encargos	(3.955)	(515)	(4.470)	(3.814)	(100)	(3.914)
Receita líquida	25.780	2.770	28.550	24.689	1.890	26.579
Pessoal	(2.702)	-	(2.702)	(2.395)	-	(2.395)
Material	(171)	(407)	(578)	(99)	(434)	(533)
Serviços de terceiros	(1.302)	-	(1.302)	(1.691)	-	(1.691)
Depreciação e amortização	(6.800)	6.800	-	(6.712)	6.712	-
Outros custos operacionais	(90)	-	(90)	(440)	-	(440)
Custos operacionais	(11.065)	6.393	(4.672)	(11.337)	6.278	(5.059)
Pessoal e administradores	(204)	-	(204)	(327)	-	(327)
Serviços de terceiros	(888)	-	(888)	(633)	-	(633)
Depreciação e amortização	(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(50)	-	(50)	(24)	-	(24)
Despesas operacionais	(1.143)	-	(1.143)	(985)	-	(985)
Resultado da atividade	13.572	9.163	22.735	12.367	8.168	20.535
Receitas financeiras	686	-	686	396	-	396
Despesas financeiras, líquidas	(44)	-	(44)	15	-	15
Receitas (despesas) financeiras líquidas	642	-	642	411	-	411
Resultado antes dos impostos e contribuições	14.214	9.163	23.377	12.778	8.168	20.946
Imposto de renda e contribuição social	(741)	(4.400)	(5.141)	(1.235)	(2.777)	(4.012)
Lucro líquido do exercício	13.473	4.763	18.236	11.543	5.391	16.934
Lucro por ação						
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,09545	0,02493	0,07052	0,06042	0,02822	0,08864

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo de contrato indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A taxa aplicada ao ativo de contrato é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Devido ao motivo da Companhia ter sido adquirida em fase de operação, a taxa de desconto considerada foi a da época da aquisição.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Considerando que para fins regulatórios deve ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela do CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido societário	228.038	231.047
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(267.377)	(276.497)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	180.071	186.465
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	23.084	22.535
Tributos diferidos (CPC 47)	23.187	23.751
Patrimônio líquido regulatório	187.003	187.301

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2019	2018
Lucro societário do exercício	18.236	16.934
Receita bruta (CPC 47)	(3.285)	(1.990)
Deduções da receita - PIS e COFINS (CPC 47)	515	100
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	407	434
Depreciação e amortização (CPC 47)	(6.800)	(6.712)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (CPC 47)	4.400	2.777
Lucro regulatório do exercício	13.473	11.543

* * * * *

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antonio Resende Faria	Diretor sem designação específica
Cargo vago	Diretor sem designação específica
Cargo vago	Diretor sem designação específica

Conselho de Administração	
Marco Antonio Resende Faria	
Fábio Antunes Fernandes	
Cargo vago	
Cargo vago	
Cargo vago	

Luiz Carlos de Andrade
Contador
CRC-076013/O-3
CPF nº 696.385.517-04